

A POSSIBILIDADE DE VIVER O CETICISMO

Luiz Henrique de Araújo Dutra

O cético é apresentado muitas vezes como o indivíduo que, por não acreditar em nada e duvidar de tudo, não pode agir, e nem se importa com o que ocorre a sua volta. Anedotas desse tipo são contadas a respeito dos cétricos desde a Antiguidade, envolvendo o próprio Pirro de Élis. O cético é esse indivíduo que poderia, então, nos dias de hoje, ser atropelado por um ônibus, enquanto estivesse ainda em dúvida se aquilo que ele estaria vendo seria mesmo um ônibus.

Obviamente, um indivíduo assim não sobreviveria por muito tempo. E o ceticismo seria uma verdadeira catástrofe para os homens, pelo menos para aqueles que se tornassem cétricos. Vamos tentar mostrar, contudo, que essa caricatura que se costumou fazer do cético não corresponde em nada ao cético pirrônico real. O lado mais sério dessa questão, deixando as piadas sobre cétricos de lado, é que o ceticismo não condena ninguém à completa falta de ação. O cético pode continuar a viver e agir normalmente mesmo sendo cético. Portanto, o ceticismo não é uma atitude absurda que não pode ser mantida, que não pode ser vivida.

1. A FILOSOFIA COMO TEORIA E COMO ATIVIDADE

Para nossa maneira atual de compreender a atividade intelectual, a questão sobre a possibilidade de viver uma filosofia parece ingênua e até mesmo mal formulada. Uma das formas de entender a filosofia é tomá-la como *doutrina*, um conjunto de teorias que visam explicar, compreender ou dar conta, de alguma forma que seja, de algum problema teórico. Nesta perspectiva, as teorias filosóficas se assemelham às teorias científicas, guardadas as diferenças de temas e de métodos. Parece estranho, então, perguntar se, por exemplo, Einstein *viveu* a teoria da relatividade, ou se ele viveu *conforme* a teoria da relatividade. Apenas em um sentido trivial e completamente desinteressante poderíamos dizer que sim. Se sua teoria sobre a gravitação for verdadeira, se realmente as coisas se passarem no mundo físico tal como a teoria da relatividade relata, então todos os corpos físicos estão sujeitos àquelas leis físicas que ela apresenta. Como Einstein era também um corpo físico, então, neste caso, poderíamos dizer que ele *viveu conforme* a teoria da relatividade.

É óbvio que esta não é uma resposta relevante à questão acima formulada. Tal questão, a rigor, devemos dizer, não possui uma resposta. Isto é: não faz sentido perguntar se Einstein viveu sua teoria física, porque quando ele a formulou estava interessado em dar uma resposta a um problema teórico, ele queria saber como se relacionam as massas que compõem o universo em que vivemos. Mas, obviamente, as convicções de Einstein a respeito de física não afetavam suas atividades normais da vida, aquele campo que seria afetado se ele - como qualquer pessoa - vivesse uma determinada doutrina, por exemplo, uma doutrina religiosa ou moral.

Mas se a ciência, assim como a chamada filosofia especulativa ou teórica não obrigam doutrinas ou conjuntos de teorias que possam levar a modificações nas práticas da vida diária, haveria um tipo de teoria filosófica que im-

plicaria tais consequências práticas. Falamos aqui da chamada filosofia prática, por exemplo, de teorias éticas, ou morais, ou políticas. Tomemos um caso desta área. A teoria de Rousseau a respeito do *contrato social* pode ter consequências práticas, na organização das sociedades - e teve. Mas mesmo assim, não seria ainda muito apropriado perguntar se Rousseau, no seu dia-a-dia, procedia de forma compatível com sua teoria política, pois ele estava preocupado com a organização do Estado, e não com a vida particular de cada indivíduo.

Há casos, contudo, em que seríamos levados a achar que um resultado teórico tivesse uma aplicação prática imediata na conduta do indivíduo. As considerações de Kant a respeito do *imperativo categórico* não implicariam que ele mesmo, Kant, no seu dia-a-dia, procurasse se comportar de maneira a que pudesse ser julgado uma pessoa de atos morais, isto é, alguém que não age pelos diversos interesses, mas sim pelo dever moral? Mesmo aqui, a questão é controversa e uma resposta positiva estaria sujeita a dúvidas e discussões. E talvez a grande maioria dos especialistas na filosofia prática de Kant considere que o que ele procurou fazer foi buscar as condições que fariam de um ato uma ação moral, e não que ele estivesse fazendo considerações que pudessem embasar normas de conduta, para guiar a ação das pessoas no seu dia-a-dia.

Mas não vamos entrar nessa discussão, mesmo porque, ainda que uma resposta positiva fosse dada àquela questão sobre a possibilidade de viver uma doutrina filosófica, seja a filosofia prática de Kant, seja a doutrina de qualquer outro pensador da ética e da moralidade, o caso do ceticismo parece ser, desde logo, um caso diferente. Normalmente, o ceticismo é tomado como um tipo de investigação a respeito do conhecimento, mais especificamente, da possibilidade do conhecimento, isto é, a possibilidade de atingir a verdade sobre qualquer assunto que seja. Aqui estamos no terreno da epistemologia, ou da teoria do conhecimento. O que os epistemólogos fazem, de certa for-

ma, é semelhante ao que fazem os cientistas da natureza. As conclusões que estes últimos tiram a respeito do conhecimento do mundo natural não alteram esse mundo. Do mesmo modo, poderíamos dizer que as conclusões do epistemólogo não devem alterar nossas práticas cognitivas, mas apenas descrevê-las e ajudar-nos a compreendê-las melhor. Mas esse também é um ponto de disputa, pois há também uma tendência em epistemologia que considera esta disciplina de caráter normativo, e não meramente descritivo.

Voltemos ainda, contudo, um pouco ao problema mais geral de caracterizar a filosofia, antes de entrarmos na discussão específica sobre o ceticismo. Segundo uma outra forma de compreender a filosofia, esta não apresenta teorias, como faz a ciência, mas se constitui apenas em uma *atividade de elucidação de conceitos*, tal como encontramos no *Tractatus* de Wittgenstein. A filosofia é uma análise da linguagem, determina os limites do dizível, demarcando o que pode ser dito do que não pode ser dito, o que pode ser conhecido do que não pode ser conhecido. Uma das características marcantes dessa noção de filosofia é vê-la como uma forma de *terapia*, de identificação e desqualificação de pseudoproblemas, cujo exemplo mais típico é o problema da existência do mundo exterior.

Citamos aqui Wittgenstein e sua concepção de filosofia como atividade porque há pelo menos dois aspectos que relacionam esse pensador e sua filosofia com o ceticismo, tanto que alguns comentadores atuais procuram interpretá-lo também à luz do ceticismo. Como poderemos perceber em nossa discussão do ceticismo, a seguir, essa é uma interpretação duvidosa. De qualquer forma, à primeira vista, a relação com o ceticismo seria, em primeiro lugar, a de que Wittgenstein entende a filosofia como atividade e não como teoria, e também o cético pirrônico se abstém de apresentar teorias. Em segundo lugar, os céticos são tidos como pensadores que procuraram denunciar nossas dificuldades para conhecer o mundo e, assim como Wittgenstein, talvez delimitar os limites do conhecimento humano.

Mas se isso é verdadeiro no caso da filosofia de Wittgenstein, não é no caso do ceticismo, como veremos.

Estas considerações sobre Wittgenstein nos levam, de qualquer forma, mais perto de nosso problema, porque se entendermos a filosofia como atividade - e não como teoria -, então a questão sobre a possibilidade de viver uma filosofia se torna mais plausível. Seria razoável, então, perguntar se Wittgenstein viveu sua filosofia. Em certo sentido ele a viveu, pois procurou denunciar os muitos pseudoproblemas a que somos levados pelo enfeitamento que a linguagem produz em nós. A ocorrência mais simples desse fenômeno seria o fato de supormos muitas vezes que a cada termo da linguagem existe um objeto correlato. Isso levou os metafísicos a falsos problemas e a longas discussões sobre coisas que não existem.

E mais ou menos neste mesmo sentido que podemos, mesmo de nosso ponto de vista atual, formular de uma maneira plausível a questão sobre a possibilidade de viver qualquer filosofia e também de viver o ceticismo. Wittgenstein também se deu conta da dificuldade que havia em ser coerente com sua visão da filosofia até as últimas consequências. Ele expressa isso no final do *Tractatus*, ao condenar seu próprio livro à falta de sentido. Ele era apenas uma escada que deveria ser jogada fora depois de ser utilizada para atingir um ponto mais alto. É curioso que essa metáfora da escada se encontre também em Sexto Empírico. Contudo, veremos que o resultado das investigações do cético é bastante diferente daquele das considerações do *Tractatus* de Wittgenstein.

O cético também é chamado a ser conseqüente com sua filosofia. Muitas das objeções que foram feitas aos pirrônicos tomam exatamente esse ponto, como vemos Hume fazer em sua *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Segundo Hume, o cético não pode ser conseqüente com o ceticismo porque ser cético significa viver sem nenhuma crença. Mas quem não tem qualquer crença não pode agir, e quem não pode agir, perece. Neste

caso, o cético não poderia se movimentar, nem comer, nem fazer nada que lhe preservasse a própria vida, pois para tudo isso seria preciso crer em alguma coisa, e se o cético não tivesse crenças, ele não sobreviveria. O resultado de tal objeção ao ceticismo é que ou o cético consequente não sobrevive - e o ceticismo morre com ele - ou o cético não é consequente com o ceticismo e, portanto, o ceticismo não existe, isto é, não se pode viver o ceticismo.

A questão da possibilidade de viver o ceticismo pode, então, ser interpretada de forma a fazer sentido para nossa mentalidade atual, mas além disso, ela também está em perfeita consonância com a mentalidade helenística, para a qual a filosofia era uma forma de vida. As doutrinas das escolas helenísticas, como o estoicismo, o epicurismo, o ceticismo acadêmico e o próprio ceticismo pirrônico, eram entendidas por seus adeptos como filosofias da vida. Não eram meros conjuntos de teorias que visavam resolver problemas teóricos, mas sim orientações também para a vida prática, para atingir a felicidade. Uma interpretação dessa felicidade que pode ser alcançada por meio da filosofia é a *ataraxia*, a *não-perturbação*, que é o objetivo visado pelo próprio cético em suas investigações.

A questão é, portanto, perfeitamente procedente do ponto de vista do pensador do período helenístico, ainda que aos olhos de hoje seja preciso fazer um certo percurso conceitual até percebermos a relevância do problema. Contudo, antes de tentarmos um exame mais atentado dessa questão, devemos ver alguns aspectos mais gerais da filosofia pirrônica, tal como a encontramos esboçada nas obras Sexto Empírico, sobretudo nas *Hipotiposes Pirronianas*, que é nossa principal fonte a respeito da forma de filosofar que se iniciara com Pirro Élis.

2. O CETICISMO EM FACE DO DOGMATISMO

Logo no início das *Hipotiposes* [HP], Sexto Empírico diz que há apenas três tipos de filosofia: o dogmatismo, o

academismo e o ceticismo. Essa divisão exata decorre das únicas três possibilidades existentes para quem investiga qualquer tema: ou(1) o investigador julga que encontrou a verdade, ou(2) ele julga que não é possível encontrar a verdade, ou, finalmente,(3) ele permanece investigando. Temos aí, então, respectivamente, o dogmático (como Aristóteles e os estóicos), o acadêmico (da Nova Academia) e o cético pirrônico, conforme os exemplos dados pelo próprio Sexto (HP I 1-4).

Os acadêmicos, também eles ditos céticos, e responsáveis por muitos dos procedimentos de investigação adotados pelos próprios pirrônicos (como os cinco modos de Agripa e os dez modos de Enesideno; cf. Annas & Barnes 1985), são, segundo Sexto Empírico, na verdade, dogmáticos às avessas, ou dogmáticos negativos, uma vez que eles também afirmam teses, embora teses negativas, negando a possibilidade do conhecimento ou a possibilidade de se chegar à verdade. Em geral, essa é a idéia difundida a respeito do ceticismo, mas ela só é apropriada em relação ao ceticismo acadêmico, e não ao ceticismo dos pirrônicos.

O pirrônico se distingue não só dos dogmáticos positivos, os que julgam ter encontrado a verdade, mas também dos dogmáticos negativos, os acadêmicos, para os quais não pode encontrar a verdade. O pirrônico, de sua parte, continua investigando. Por isso o pirronismo é também dito a filosofia da investigação.

Mas vejamos, então, de que forma e por que o cético é aquele que continua investigando.

Sobre qualquer questão que envolva coisas não-apa-
rentes, existe discordância ou controvérsia. Pensemos outra vez no exemplo típico das discussões dos metafísicos. Alguns dizem que o mundo exterior, extramental, do qual temos nossas representações, existe. Estes são os realistas. Contra eles, os idealistas sustentam que não existe um mundo exterior, mas apenas a representação do mundo que está em nossa mente. A questão parece, obviamente, indecidível, uma vez que não temos acesso ao próprio

mundo (aquilo que Kant denominou *coisas-em-si*), mas apenas às nossas representações: os fenômenos. Mas os fenômenos parecem compatíveis tanto com o realismo quanto com o idealismo, e não temos como decidir a polêmica. De fato, a cada um dos argumentos realistas pode ser contraposto um argumento idealista e vice-versa. Cria-se então, uma situação que o pirrônico denomina de *equipolência* (*isosthéneia*) entre as teses opostas ou, melhor dizendo, entre tese e antítese. Diante da equipolência, o pirrônico é aquele que suspende o juízo

Essa suspensão do juízo (*epochê*) não significa afirmar que a questão é, de fato, indecível, nem que não podemos encontrar uma resposta para ela, mas apenas que, naquele momento, ela parece em situação de empate entre os dois lados. Ao lhe parecer que há equipolência, o pirrônico suspende o juízo, mas ele voltará a investigar assim que outros argumentos forem oferecidos por um dos lados. Contudo, se não houver contra-argumentos, o pirrônico pode ele mesmo formulá-los, produzindo a equipolência e novamente suspendendo o juízo. Os modos de Agripa e de Enesidemo são técnicas argumentativas para isso. Mas qual é a vantagem de suspender o juízo, sobretudo se, assim que houver novos argumentos, o pirrônico deverá voltar a investigar?

Segundo Sexto Empírico, a divergência das opiniões sobre algum assunto, a diafonia, gera perturbação, pois não chegamos àquilo que saciaria nosso desejo de conhecimento: a verdade. E ao suspender o juízo, diz Sexto, o pirrônico encontra a tranquilidade ou não-perturbação, a *ataraxia*. Portanto, a possibilidade de praticar o pirronismo constitui a própria possibilidade de atingir a tranquilidade e, consequentemente, a felicidade. Mas se o pirrônico não puder ser pirrônico, tal como diz Hume, então a ele só restarão duas possibilidades: ou aderir a alguma escola dogmática, na esperança de um dia encontrar a verdade, ou abandonar a filosofia como forma de vida, e talvez encontrar a felicidade por algum outro meio.

Esta segunda possibilidade está sempre aberta a qualquer filósofo, inclusive o pirrônico, mas a primeira dificilmente poderia ser assumida por este. Pois o pirrônico é justamente aquele filósofo que, ao considerar as diversas filosofias, vê-se perplexo diante de sua diafonia, de suas discordâncias, cada uma afirmando ter encontrado a verdade, mas nenhuma delas podendo provar suas teses de forma a convencer os opositores. É exatamente essa situação dos diversos dogmatismos que leva o pirrônico à suspensão do juízo. Mas aí, surpreendentemente, o pirrônico encontra aquela tranquilidade que ele buscava. A situação do pirrônico, diz Sexto, é semelhante à do pintor Apeles que estava pintando um cavalo e não conseguia fazer a espuma na boca do animal. Irritado, ele atirou a esponja que utilizava para limpar os pincéis sobre o quadro e, por coincidência, ela bateu no lugar exato e desenhou a espuma na boca do cavalo. O que esta matáfora significa é que o pirrônico, como todos, deseja a verdade, e examina as doutrinas com tal desejo, mas não a encontrando, e suspendendo o juízo, ele encontra a tranquilidade que julgava que apenas a verdade lhe daria.

Mas se parece que o pirrônico não pode mais ser dogmático, se ele também não puder viver seu ceticismo, então ele não poderá mais ser contato entre os filósofos. Neste sentido, o ceticismo é, sem dúvida, uma filosofia *que precisa ser vivida*. Aqui, a aparente desvantagem do pirrônico em relação ao dogmático é que este último assume decididamente algumas crenças, e pode viver segundo elas se for fracasso.

Mas, lembrando a objeção de Hume, devemos perguntar: pode o cético viver sem crenças? Se Hume tiver razão, devemos reconhecer que devemos ou ser dogmáticos, ou deixar de ser filósofos, mas seria absurdo desejarmos ser pirrônicos ou viver o ceticismo, pois estaríamos sendo auto-contraditórios. A resposta do próprio Hume a esta questão é exatamente essa, isto é, que não se pode ser

cético porque não se pode viver sem crença alguma, como o cético pretende. Vejamos outras respostas possíveis.

3. FENÔMENO E DOGMA

Esta questão foi abordada por dois dos maiores especialistas no pirronismo, Miles Burnyeat (1983) e Jonatham Barnes (1982). Não vamos comentar as idéias de Barnes, pois isso nos levaria a uma discussão muito mais longa a respeito do que ele denomina *pirrônico rústico*, em contraposição ao *pirrônico polido* ou *urbano*; mas vamos comentar a posição de Burnyeat. Segundo ele, o cético não pode viver seu ceticismo porque ele precisa acreditar pelo menos que alegações contrárias têm de fato igual peso, pois, caso contrário, ele não poderia suspender o juízo (1983, p. 140).

Em um trabalho anterior (Dutra 1993), tentamos dar uma resposta a esta objeção, e vale a pena retomá-la aqui. O cético, de fato, não precisa acreditar que argumentos contrários têm igual força, mas basta que, em determinado momento da investigação, isso lhe pareça. Como comentamos acima, as investigações céticas nunca são conclusivas e o estado de tranquilidade que se segue à suspensão do juízo também não é definitivo. Por esta mesma razão podemos dizer que o cético está condenado a investigar (*cf.* Dutra 1993, pp. 41ss). A cada novo argumento apresentado, o cético deve considerá-lo. Mas ele o tomará em consideração até o ponto em que lhe parecer que uma nova equipolência se estabeleceu. E então ele suspende novamente o juízo.

É preciso prestar atenção ao fato de que se realmente há equipolência entre argumentos contrários, isso é uma questão sobre o não-aparente. Os dogmáticos, alguns dirão que há, outros dirão que não há; mas o cético pirrônico, este não afirma nem uma coisa nem outra, ele apenas relata o que lhe parece. E se há equipolência aparente, isso é suficiente para suspender o juízo, ainda que, no instante seguinte, a equipolência se desfaça com a introdução de um novo argumento a favor de uma das teses contrárias.

Se essa crença de que alegações contrárias têm igual força é a única que Burnyeat atribuiu necessariamente ao pirrônico, o que representaria, afinal, uma vitória da objeção de Hume, então o pirrônico pode viver seu ceticismo. Contudo, essa não é a única dificuldade que é levantada contra o pirronismo. Mas antes de prosseguir, devemos examinar primeiro a alegação de Sexto Empírico de que o pirrônico vive segundo *os fenômenos*, aquilo que aparece. Mas o que são, segundo Sexto Empírico, as aparências (*phainόμενα*)?

Normalmente, os exemplos dados, inclusive por Sexto, são de que o fenômeno é aquilo que nos é dado aos sentidos. Diz Sexto, por exemplo, que não sabemos se, de fato, o mel é doce, mas ele nos aparece como doce (HP I 20). O que aparece em dado momento a alguém é inegável por parte dessa pessoa. Mas nem por isso, tal pessoa precisa se perguntar se, de fato, aquilo que lhe aparece é. Assim, o pirrônico não afirma que o mel é doce, ou que ele não é doce, em si mesmo. Mas se ele lhe aparece assim, o pirrônico apenas relata sua experiência, seu *páthos*. (HP I 21-22). Não pode estar em questão aquilo que é apenas o relato do que aparece a alguém.

O fenômeno é o que aparece, e que se contrapõe àquilo que não aparece, o não-aparente (*ádelon*). Obviamente, as disputas dos dogmáticos são sobre o não-aparente, uma vez que não cabe disputar sobre aquilo que aparece a cada um. Voltando ao exemplo do mel, os dogmáticos podem discutir se o mel, em si mesmo, é doce ou não, mas não discutirão se ele nos aparece doce, ou se ele aparece doce a uma determinada pessoa, pois se ela diz que sim, não cabe disputar sobre isso, mesmo porque ela apenas relata sua experiência, sem fazer afirmações sobre o que é.

Segundo Sexto Empírico, esta é a situação do pirrônico. Ele vive segundo as aparências - e, portanto, não dogmatiza - porque apenas relata o que lhe aparece. Dogmatizar é dar assentimento a objetos não-aparentes (HP I 13), e isso o pirrônico não faz. Contudo, o fenômeno não

é apenas o fenômeno dado aos sentidos, ou fenômeno sensível. Ele é também *fenômeno inteligível*, como afirma Sexto em algumas passagens, algumas das quais, infelizmente, um pouco ambíguas (HP II 10, CL, VIII 70, 141 e 326, e CL, VII 25).

Embora haja controvérsia a este respeito, alguns autores de nome, como o próprio Burnyeat (1983), e também Porchat (1993b), entendem que esta é a interpretação mais razoável, uma vez que algumas coisas que nos aparecem, flagrantemente, não poderiam ser admitidas como coisas dadas atualmente aos sentidos. Se alguns de nós dissermos que, por exemplo, lhes aparece estarem vivos a mais de, digamos, trinta anos, isto não lhes é dado aos sentidos, mas também lhes aparece. O caso que discutimos acima, contra Burnyeat, de ser a equipolência entre alegações mera aparência, é também um caso de fenômeno que não é sensível, mas inteligível.

Sexto Empírico afirma, como vimos, que o cético pirrônico vive pelas aparências, que ele não dogmatiza, isto é, que ele não adere a doutrinas sobre o não-aparente. O dogmático seria, portanto, aquele que possui tais crenças a respeito das coisas não-aparentes. A bem da verdade, não podemos deixar de dizer que existe polêmica não apenas a respeito do que é fenômeno, mas também do que é dogma. Este é um ponto discutido longamente por Barnes 1982. O termo 'dogma' é normalmente entendido com o significado de *tese científica, ou filosófica, ou religiosa*, ou então como uma crença qualquer (como entendiam os estoicos), ou ainda como um *decreto*, conforme a tradução de Cícero para o latim (*decretum*). Segundo Barnes, a melhor escolha é entender dogma como aquilo que aparece bom ou ruim (com consequências práticas) a alguém; e que, ao contrário, Sexto Empírico emprega o termo com o sentido de princípio filosófico ou teoria científica (Barnes 1982, p.9). A passagem em que Sexto se refere especificamente a isso, nas *Hipotiposes* (HP I 13) diz:

Quando dizemos que o Cético se abstém de dogmatizar, não utilizamos o termo 'dogma', como fazem alguns, no sentido amplo de assentimento a uma coisa (pois o cético dá seu assentimento aos sentimentos que são o resultado necessário das impressões sensíveis, e ele não poderia dizer, por exemplo, ao sentir calor ou frio, 'eu acredito que não estou quente ou frio'), mas dizemos que 'ele não dogmatiza' usando 'dogma' no sentido que alguns lhe dão de assentimento a um dos objetos não-evidentes da investigação científica.

O que temos aqui, então, são dois tipos de assentimento: (1) um involuntário, que decorre do fenômeno que nos aparece - e este não podemos evitar - e (2) um assentimento voluntário, a coisas não-arentes - e este podemos evitar. E é isso o que o pirrônico faz: ele evita o assentimento às coisas não-arentes, não dogmatizando neste sentido, mas não pode deixar de dar seu assentimento ao que lhe aparece, porque isso é involuntário.

Assim, a questão sobre as crenças que o pirrônico tem ou não tem depende da interpretação que damos ao termo 'crença'. Se chamarmos de 'crença' o assentimento involuntário ao que aparece, então o pirrônico tem crenças. Mas devemos reconhecer que não é nesse sentido possível de crença que estamos mais interessados. Estamos interessados nas crenças a respeito do que dizem as doutrinas científicas e filosóficas. E, neste sentido de 'crença', o pirrônico não tem crenças.

4. VIVER PELAS APARÊNCIAS

Os cometários que acabamos de fazer permitem uma primeira resposta a nossa questão inicial sobre a possibilidade de viver o ceticismo. Se interpretarmos a questão, seguindo Hume, como o problema de saber se o cético tem ou não crenças, que seriam necessárias para a ação, então já podemos dizer que o cético possui um tipo de crença

que é o assentimento involuntário àquilo que nos aparece. Mas devemos reconhecer também que esse não é nem o sentido principal de crença, nem aquele em que realmente estamos interessados. Pois o que desejamos saber, afinal, é se o pirrônico se compromete com alguma tese, o que, uma vez denunciado, o colocaria na categoria de impostor filosófico.

Aqui devemos reconhecer que não temos saída e que a vantagem é do cético. Pois se quisermos sustentar *contra as aparências* que o cético possui crenças no sentido de aderir a teses filosóficas ou científicas, então estamos dogmatizando, estamos fazendo afirmações sobre o que não é aparente. E nossa afirmação pode ser contradita por outra, que poderá aparecer, a alguém que observa nossa discussão, como tão bem apoiada e argumentada quanto nossa tese. E tal pessoa, em um momento qualquer, pode suspender o juízo, até que novos argumentos sejam formulados de um lado ou de outro. Mas este é um resultado prático da discussão que favorece ao cético.

A moral dessa pequena história é que não podemos enfrentar o ceticismo com dogmatismos, pois assim deixamos o cético sempre em vantagem, pois o ônus da prova é de quem defende uma tese, e a equipolência sempre pode ser produzida. Só podemos enfrentar o ceticismo aceitando os termos nos quais o próprio cético deseja conduzir a discussão. Tais termos são aqueles que se referem ao que aparece. Mas, neste caso, se aparece que o cético vive sem compromissos doutrinários, então não podemos deixar de dar a isso nosso assentimento. E, assim, não podemos negar que o cético vive o ceticismo. Apenas um dogmatismo ingênuo, em face do ceticismo, poderia negar isso.

Reconheçamos, então, que o cético venceu neste ponto, que ele vive seu ceticismo, se assim ele nos diz, se assim lhe aparece, e se assim nos aparece (*cf.* também Dutra 1993). Só poderemos *desmacarar* o cético, e denunciá-lo como impostor, que não vive seu ceticismo, se pudermos mostrar que em seu modo de vida ele acaba assumindo teses.

Sexto Empírico diz que *o modo de vida* do pirrônico, a vida segundo as aparências, se dá por quatro vias diferentes e complementares. É famosa a passagem das *Hipotiposes* (HP I 23-24) em que Sexto afirma:

Ao assentir, então, às aparências, vivemos em concordância com as regras normais da vida, de uma forma não-dogmática, uma vez que não podemos ficar completamente inativos. E esta regulamentação da vida parece consistir em quatro partes, sendo que uma de suas partes reside na orientação da Natureza, uma outra na compulsão das paixões, uma outra na tradição das leis e costumes, uma outra na instrução das artes. A orientação da Natureza é aquela pela qual somos naturalmente capazes de sensação e pensamento; a compulsão das paixões é aquela através da qual a fome nos leva a comer e a sede nos leva a beber; a tradição dos costumes e leis é aquela mediante a qual encaramos a piedade na conduta da vida como boa, mas a impiedade como um mal; a instrução nas artes é aquela por meio da qual não somos inativos naquelas artes que adotamos. Mas fazemos todas essas afirmações sem dogmatizar.

Assim, podemos viver sem crenças quer pelo que a natureza nos ensina, observando-a simplesmente, quer pelo que ela nos impele a fazer, como a fome que nos leva a comer, quer pelos hábitos e costumes dos povos, quer pelas práticas aprendidas para exercer uma profissão. Para nada disso precisamos ter crenças em doutrinas científicas ou filosóficas.

Portanto, o cético pode viver - e vive, sobrevive, age - mesmo sem ter crenças em doutrinas. O ceticismo não condena ninguém ao imobilismo total como sugerem as críticas feitas aos pirrônicos. O cético visado nestas críticas e anedotas é apenas uma caricatura, que não corresponde ao pirrônico real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANNAS, J. e Barnes, J. (1985), *The Modes of Scepticism*. Oxford: Oxford University Press.
- BARNES, J. (1982), "The Beliefs of a Pyrrhonist." *Proceedings of the Cambridge Philological Society (New Series 28)*: 1-29.
- BURNYEAT, M. (1983), "Can the Skeptic Live His Skepticism?" In Burnyeat (ed.), *The Skeptical Tradition*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press: 41-82.
- DUTRA, L.H.de A. (1993), "Ceticismo e Filosofia Construtiva". *Manuscrito XVI* (1): 37-62.
- PORCHAT PEREIRA, O. (1993a), "Sobre o que Aparece". *Vida Comum e Ceticismo*. São Paulo: Brasiliense: 166-212.
- _____. (1993b). "Ceticismo e Argumentação." *Vida Comum e Ceticismo*. São Paulo: Brasiliense: 213-254.
- SEXTO EMPÍRICO (1976), *Outlines of Pyrrhonism*. Cambridge, Mass., e Londres: Harvard University Press/William Heinemann Ltd. [HP].